



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Mobilidade
e Desenvolvimento Regional
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 24 Nº 11
Novembro de 2015

Inversão do comportamento do desemprego entre homens e mulheres na RMPA

Estudos apontam que a diferenciação entre gênero ocorre desde o início da inserção feminina no mercado de trabalho. Contudo as mulheres estão vencendo as barreiras e aumentando, de uma forma lenta e gradual, sua participação no ambiente profissional.

Historicamente, para a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a taxa de desemprego das mulheres era superior à dos homens, e, não raro, elas representavam a maioria dos desempregados. Entretanto a deterioração do mercado de trabalho dos últimos meses parece estar afetando mais os homens do que as mulheres. Em ago./15, pela primeira vez na série histórica da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) iniciada em jun./92, observou-se uma igualdade nas taxas de desemprego entre homens e mulheres em 9,7%. Em set./15, a taxa de desemprego dos homens superou a das mulheres, sendo que a taxa masculina mais que dobrou no último ano, ao passar de 5,1% em set./14 para 10,3% em set./15 (aumento de 102%), enquanto a feminina subiu de 7,0% para 9,9% (aumento de 41,4%) no mesmo período.

Outro dado relevante é que os homens representavam 46,6% dos desempregados, e as mulheres, 53,4% em set./14, e esse comportamento se inverteu em set./15, passando para 54,5% e 45,5% respectivamente. Além disso, a diferença de gênero foi superior em 2015, passando de 6,8 p.p. a favor dos homens em set./14 para 9,0 p.p. a favor das mulheres em set./15, evidenciando uma maior adversidade masculina no mercado de trabalho.

Constata-se ainda que o desemprego tem afetado mais os chefes de domicílio, posição tradicionalmente ocupada por homens. Em set./15, houve um aumento de 105,6% da taxa de desemprego dos chefes de domicílio em relação a set./14. Quanto à faixa etária, identifica-se que o aumento do desemprego foi mais acentuado para os homens com idade entre 25

e 49 anos. O nível de escolaridade mais impactado pelo desemprego masculino foi para aqueles que possuem até ensino médio incompleto.

Uma possível explicação para esse comportamento desfavorável do mercado de trabalho atingir com maior intensidade os homens pode estar relacionada ao desempenho setorial da atividade econômica. No período set./14-set./15, houve uma redução do nível ocupacional em 37 mil pessoas. A indústria de transformação, considerada um reduto masculino, perdeu 34 mil postos de trabalho, enquanto o setor comércio e reparação de veículos e motocicletas, com grande presença feminina, perdeu 16 mil postos de trabalho. Os demais setores tiveram desempenho positivo no período: a construção com mais 1 mil postos e os serviços com mais 7 mil postos.

No setor industrial, as demissões atingiram mais os homens do que as mulheres. Em set./14, a indústria de transformação ocupava 21,8% dos homens e 12,8% das mulheres. Já em set./15, essas proporções passaram para 19,3% e 12,5% respectivamente. Em comércio e reparação de veículos e motocicletas, a ocupação feminina reduziu-se, passando de 19,4% em set./14 para 17,7% em set./15. Entre os ocupados homens, essa proporção aumentou de 20,1% para 20,6% no mesmo período. Os demais setores permaneceram estáveis nesse período de comparação.

O aumento da taxa de desemprego em set./15 atingiu predominantemente os homens, devido à retração do nível de atividade econômica ter impactado com mais intensidade os recintos masculinos, tais como a ocupação no setor da indústria de transformação e os chefes de domicílio. Isso pode ter uma relação com o diferencial de rendimentos entre gênero a favor dos homens e a busca por redução de custos por parte das empresas, atingindo aqueles com maiores salários.

Taxa de desemprego e distribuição de desempregados, por sexo e atributos pessoais, na RMPA — set./2014 e set./2015

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE DESEMPREGO (%)						DISTRIBUIÇÃO DE DESEMPREGADOS (%)			
	Setembro/2014			Setembro/2015			Setembro/2014		Setembro/2015	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	6,0	5,1	7,0	10,1	10,3	9,9	46,6	53,4	54,5	45,5
Posição no domicílio										
Chefe	3,6	(1) -	(1) -	7,4	7,1	(1) -	(1) -	(1) -	69,1	(1) -
Demais membros	8,2	8,9	7,8	12,6	15,9	10,6	37,0	63,0	46,6	53,4
Faixa etária										
De 16 a 24 anos	14,0	(1) -	(1) -	22,4	22,3	22,5	(1) -	(1) -	56,0	44,0
De 25 a 49 anos	5,1	4,4	6,0	8,5	8,6	8,3	44,6	55,4	52,6	47,4
Escolaridade										
Até ensino médio incompleto	7,8	6,9	9,2	13,5	13,3	13,9	51,6	48,4	58,5	41,5
Acima do ensino médio completo	4,8	(1) -	5,8	7,9	8,0	7,9	(1) -	58,6	50,1	49,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A “melhora” da balança comercial brasileira em 2015

A balança comercial brasileira, nos primeiros nove meses de 2015, apresentou uma aparente melhora. O saldo comercial no acumulado até setembro ficou positivo em US\$ 10,2 bilhões, enquanto, no mesmo período do ano anterior, o resultado foi um déficit de US\$ 741 milhões, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

No entanto, esse resultado está longe de ser motivo de comemoração, haja vista sua simultaneidade com a redução da corrente de comércio em quase 20%. Isso porque as vendas externas se retraíram em 16,78%, mas as compras externas caíram ainda mais, 23,01%, o que explica o superávit alcançado.

Pode-se observar que a redução sincrônica no valor de exportações e importações vem ocorrendo desde a segunda metade do ano de 2014, conforme o gráfico abaixo. Esse movimento de declínio coincide com o início da fase de queda no preço das *commodities*, com a desvalorização do real em relação ao dólar e com um período de retração da economia brasileira. Por hipótese, esses fatores, em menor ou maior intensidade, podem explicar esse resultado.

Em uma tentativa de hierarquizar a importância desses diferentes fatores, convém analisar separadamente os diversos itens da pauta de exportações e importações e verificar sua contribuição (participação de cada produto na pauta multiplicada pela sua variação) para a queda de importações e exportações.

Conforme dados do MDIC, a contribuição de cada um dos diferentes grupos de produtos na variação negativa de 16,78% das exportações de janeiro a setembro de 2015, em relação ao ano anterior, descreve-se como: matérias-primas não comestíveis, exceto combustíveis (-6,84 p.p.); produtos alimentícios e animais vivos (-2,72 p.p.); combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos (-2,36 p.p.); máquinas e material de transporte (-1,73 p.p.); produtos químicos e produtos conexos (-0,77 p.p.); artigos manufaturados (-0,45 p.p.); artigos manufaturados diversos (-0,19 p.p.); e bebidas e fumo (-0,15 p.p.).

Esses dados evidenciam que: (a) a desvalorização cambial não foi suficiente para estimular exportações de manufaturados, até o momento; (b) os grupos de produtos com contribuição superior a 2 p.p. tiveram retração do valor de suas exportações devido, principalmente, à *performance* negativa dos preços de *commodities* (pois em volume não houve retração para esses grupos de produtos).

Por sua vez, o resultado negativo das importações teve as seguintes contribuições: máquinas e material de transporte (-7,53 p.p.); combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos (-6,40 p.p.); produtos químicos e produtos conexos (-2,99 p.p.); artigos manufaturados (-2,14 p.p.); artigos manufaturados diversos (-0,90 p.p.); produtos alimentícios e animais vivos (-0,86 p.p.); matérias-primas não comestíveis, exceto combustíveis (-0,33 p.p.); óleos, gorduras e ceras de origem animal e vegetal (-0,07 p.p.); e bebidas e fumo (-0,03 p.p.).

Diante disso, é possível verificar que a principal contribuição para a queda das importações veio do setor de máquinas e material de transporte. Nesse caso, teoricamente, tanto a desvalorização cambial quanto a recessão interna poderiam explicar esse resultado.

Todavia entre esses dois fatores — câmbio ou recessão —, o efeito da estagnação econômica parece ser mais relevante para a queda das importações no atual estágio recessivo da economia brasileira. Isso porque, nessa conjuntura, é difícil imaginar aumento do investimento e, consequentemente, das compras externas de máquinas e equipamentos, mesmo se o câmbio estivesse mais valorizado, a menos que estivesse ocorrendo uma reestruturação significativa do parque industrial. Um exemplo disso é a economia brasileira nos anos 90, na qual o efeito da taxa de câmbio parece ter sido mais decisivo na variação das importações.

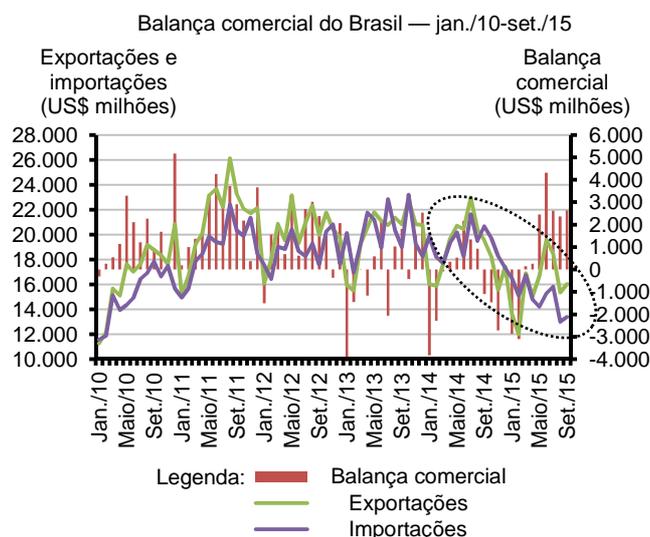
Por sua vez, o setor de combustíveis e lubrificantes, minerais e produtos conexos também está em destaque em termos de variação negativa no valor das compras externas. Nesse caso, constata-se redução em volume (-8,07%), mas o efeito-preço (-40,81%) se sobressai, diante da conjuntura de forte queda no preço internacional do petróleo.

Em suma, duas considerações emergem a partir desse estudo. Em primeiro lugar, a retração das importações evidencia a inexistência de políticas econômicas para sustentar um crescimento econômico mais robusto.

Essa ausência, por sua vez, é consequência da falta de autonomia do País, tanto no plano interno — resultado da instabilidade política — quanto no plano externo, a qual se concretiza na submissão às exigências das agências de classificação de risco quanto à adoção de políticas de austeridade.

Em segundo lugar, reflete a dependência das exportações brasileiras em relação aos cíclicos e voláteis preços internacionais de *commodities*, além do baixo dinamismo dos produtos manufaturados brasileiros no comércio internacional.

Assim, diante disso, pode-se concluir que esse superávit comercial não pode ser considerado algo positivo para a economia brasileira. Na verdade, ele é o reflexo das suas próprias fragilidades.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil.
NOTA: Os valores são mensais, não acumulados.

Clarissa Black
Economista, Pesquisadora da FEE

Resultados do Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB) para o RS

Desenvolvido por Reynaldo Fernandes, ex-Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e Fabiana de Felício, ex-Diretora de Estudos Educacionais do Inep, foi lançado recentemente o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB). Esse índice tem a finalidade de avaliar a educação dos municípios e dos estados brasileiros. O IOEB, diferentemente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), propõe-se a medir o sucesso educacional de forma ampla, considerando toda a educação básica bem como toda a população em idade escolar da localidade.

O índice é composto por indicadores de resultado escolar (IDEB dos anos iniciais e finais e taxa líquida de matrícula do ensino médio) e indicadores de insumos e processos educacionais (escolaridade dos professores, número médio de horas-aula/dia, experiência do diretor e taxa de atendimento na educação infantil). Como o desempenho educacional depende tanto da qualidade da educação no município como de características individuais dos alunos, o IOEB tem a propriedade de tentar retirar o efeito do componente individual dos estudantes através de uma medida de *background* familiar: a escolaridade média dos pais.

Embora tenha sido divulgado em outubro de 2015, o índice, calculado em uma escala de 0 a 10, utiliza indicadores de 2013 para a sua construção. Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul ficou com a 9.^a colocação, apresentando IOEB de 4,5, mesma nota do Brasil. Os indicadores que mais contribuem negativamente para essa posição no *ranking* do RS são IDEB dos anos iniciais (3,9) e taxa líquida de matrí-

cula no ensino médio (5,3), indicadores em que o Brasil apresentou índices superiores, 4,3 e 6,1 respectivamente.

No *ranking* de capitais, Porto Alegre foi a 18.^a colocada, com índice de 4,0, enquanto São Paulo, primeira colocada, apresentou índice de 4,8. Entre os 25 municípios do Brasil com melhores IOEB, apenas dois são gaúchos: Centenário, 4.^o colocado com índice 5,9, e Picada Café, 11.^o colocado com índice 5,7.

Ranking do Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), por unidade federativa, no Brasil — 2013

RANKING	IOEB	RANKING	IOEB
1	São Paulo 5,1	15	Rio de Janeiro 4,1
2	Minas Gerais 5,0	16	Paraíba 4,1
3	Santa Catarina 5,0	17	Pernambuco 4,0
4	Paraná 4,9	18	Amazonas 4,0
5	Ceará 4,6	19	Roraima 3,9
6	Distrito Federal 4,6	20	Piauí 3,9
7	Espírito Santo 4,6	21	Rio Grande do Norte 3,9
8	Goiás 4,6	22	Sergipe 3,8
9	Rio Grande do Sul .. 4,5	23	Alagoas 3,7
10	Mato Grosso 4,5	24	Amapá 3,7
11	Rondônia 4,4	25	Bahia 3,6
12	Mato Grosso do Sul 4,3	26	Maranhão 3,6
13	Tocantins 4,3	27	Pará 3,5
14	Acre 4,2		

FONTE: ÍNDICE DE OPORTUNIDADES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (IOEB). 2015. Disponível em: <ioeb.org.br>. Acesso em: 04 nov. 2015.

Marcos Vinício Wink Junior
Economista, Pesquisador da FEE

Desaceleração do PIB trimestral do RS e os indicadores da PNAD Contínua

Desde o segundo trimestre de 2014, a economia gaúcha, em sincronia com a nacional, passa por uma forte desaceleração. Ao se observarem os indicadores de desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), nota-se que o indicador sobre o mesmo trimestre do ano anterior está em queda há cinco períodos, isso apesar do desempenho excepcional da colheita da soja no segundo trimestre de 2015. No indicador dos últimos quatro trimestres sobre os quatro trimestres anteriores, identifica-se uma forte desaceleração em 2014, com o ano terminando com uma taxa negativa de 0,3%, depois de crescer de 6,7% em 2013, resultando em uma economia estagnada. Já em 2015, a recessão do Rio Grande do Sul aprofunda-se, recuando 0,9% ao final do primeiro semestre, com o comércio, que se manteve ainda estável em 2014, caindo 7,3%.

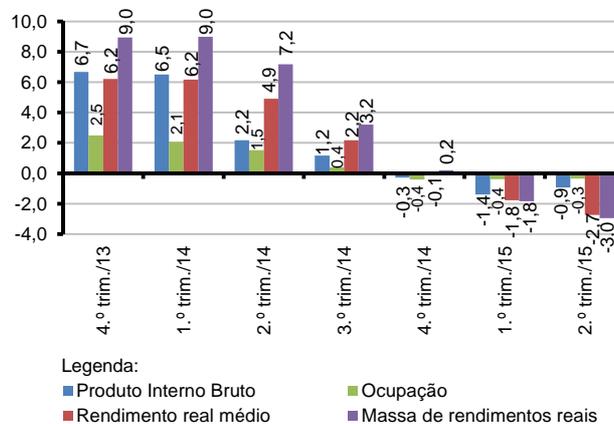
Outra forma de observar a conjuntura econômica no Estado são os indicadores de ocupação e renda da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considerando a mesma abrangência e periodicidade, seus indicadores trimestrais representam a contrapartida em termos de emprego e renda da atividade econômica.

Conforme o gráfico, que reúne as taxas de crescimento dos últimos quatro trimestres do PIB, da ocupação, do rendimento real médio e da massa de rendimentos reais, as duas pesquisas complementam-se na descrição da crise em que a economia gaúcha entrou em 2014. Do último trimestre de 2013 para o primeiro de 2014, todos os quatro indicadores mantiveram taxas de expansão significativas. Já no segundo trimestre de 2014, o crescimento do PIB teve um forte recuo, acompanhado por reduções menos significativas na variação das ocupações e rendas. No terceiro trimestre de 2014, os

indicadores da PNAD também tiveram uma forte retração, chegando ao último trimestre desse ano com todas as variáveis diminuindo para valores próximos a zero. Nos dois primeiros trimestres de 2015, o PIB e as ocupações continuaram a cair, mas os rendimentos e a sua massa real recuaram ainda mais, devido ao crescimento da inflação.

Com base no exposto, pode-se conjecturar que a forte diminuição da massa de rendimentos, em 2015, veio a se somar aos fatores que deram início à desaceleração iniciada em 2014, ampliando a atual recessão econômica no Estado.

Taxas percentuais de crescimento, por indicadores selecionados, nos últimos quatro trimestres, em relação aos quatro trimestres anteriores, no RS — 4.^o trim./13-2.^o trim./15



Legenda:

■ Produto Interno Bruto ■ Ocupação
■ Rendimento real médio ■ Massa de rendimentos reais

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE, IBGE.

NOTA: Rendimentos deflacionados pelo IPCA da RMPA.

Roberto Rocha
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — abr./15-set./15

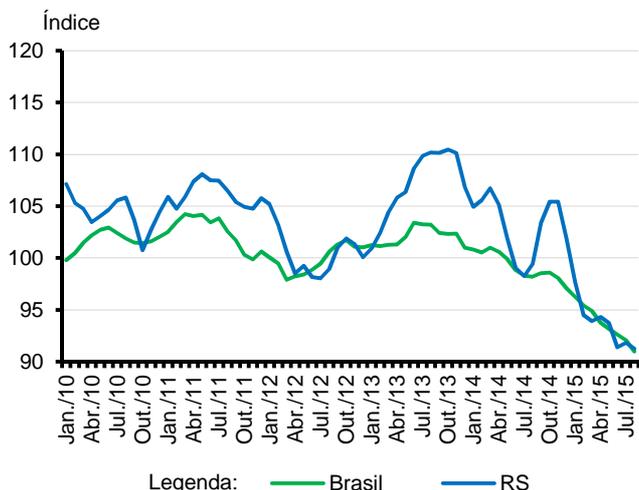
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Abr./15	0,71	4,56	8,17	1,17	3,22	3,54
Mai./15	0,74	5,34	8,47	0,41	3,64	4,10
Jun./15	0,79	6,17	8,89	0,67	4,33	5,58
Jul./15	0,62	6,83	9,56	0,69	5,05	6,96
Ago./15	0,22	7,06	9,53	0,28	5,35	7,55
Set./15	0,54	7,64	9,49	0,95	6,35	8,36

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-ago./15

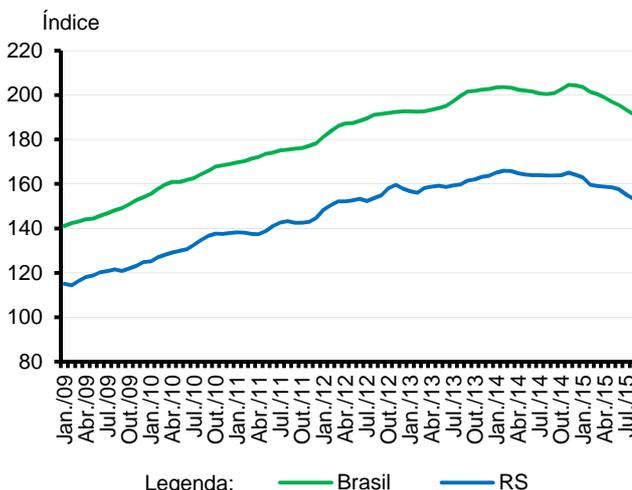


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

- NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-ago./15



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

- NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — abr./15-set./15

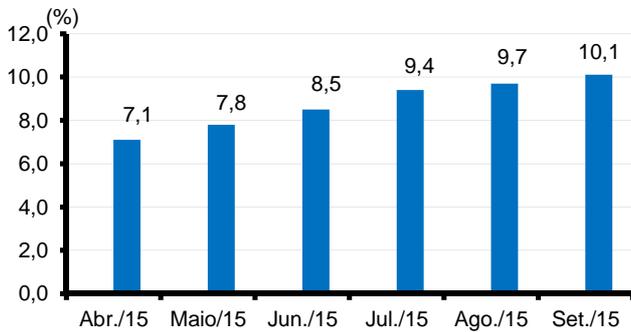
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Abr./15	Mai./15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	3,04	3,06	3,11	3,22	3,51	3,91	3,16	3,01
Taxa de câmbio efetiva real (3)	103,7	104,2	105,1	108,4	117,6	129,4	107,5	104,4
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	12,75	13,25	13,75	14,25	14,25	14,25	13,30	12,83
Superávit primário (% do PIB)	-2,84	1,45	1,94	2,04	1,51	1,51	0,20	0,45
Balança comercial (US\$ milhões) (5)	265	2.452	4.312	2.619	2.362	2.630	8.815	4.930
Exportações (US\$ milhões) (5)	15.056	16.672	19.585	18.450	15.358	16.016	143.650	195.003
Importações (US\$ milhões) (5)	14.791	14.220	15.272	15.832	12.996	13.386	134.835	190.074
Transações correntes (US\$ milhões) (5)	-6.854	-3.393	-2.573	-5.721	-2.626	-3.076	-49.362	-79.453

FONTE: Banco Central do Brasil.

- (1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no
Rio Grande do Sul — abr./15-set./15



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS
no Rio Grande do Sul — jan./10-set./15



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

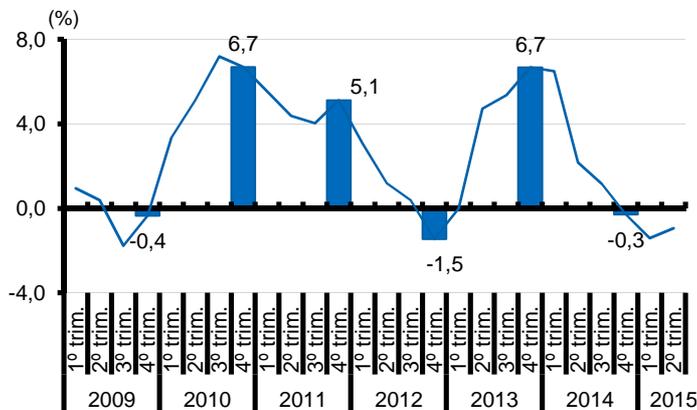
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — abr./15-set./15

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Abr./15	4.740	57.929	8,2	-3,8	-16,4	10,1	-6,2	-11,8	-10,6
Maio/15	6.323	74.698	8,5	-8,4	-17,1	6,1	-5,6	-12,8	-11,7
Jun./15	8.050	94.326	8,5	-9,8	-14,7	5,3	-1,4	-13,4	-12,8
Jul./15	9.875	112.858	8,8	-9,8	-15,5	5,9	-1,1	-13,9	-13,9
Ago./15	11.471	128.343	8,9	-9,7	-16,7	7,3	-1,7	-15,0	-14,6
Set./15	13.567	144.491	9,4	-8,1	-16,8	10,0	-1,2	-15,5	-15,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-2º trim./15

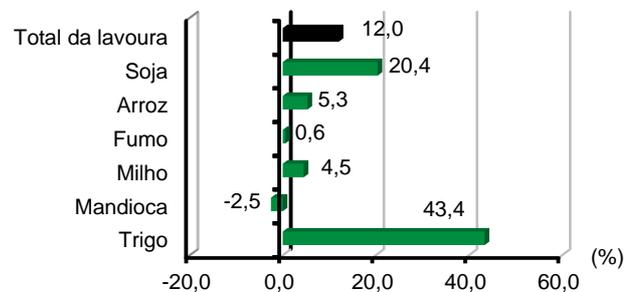


Legenda: ■ PIB do RS — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — set./15



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

A balança comercial brasileira de serviços

O setor serviços constitui uma importante fonte de renda e empregos para os países exportadores. De 2005 a 2014, o comércio internacional de serviços cresceu 88,9%, um aumento superior ao experimentado pelo comércio internacional de mercadorias (80,8%).

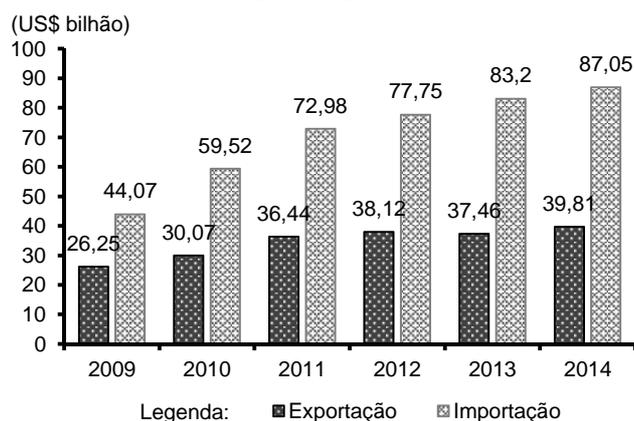
Em 2014, as importações brasileiras de serviços atingiram o valor de US\$ 87,0 bilhões, e as exportações alcançaram US\$ 39,8 bilhões, gerando um déficit de US\$ 47,2 bilhões. Considerando que o total de importações de bens e serviços foi de US\$ 316,1 bilhões e o de exportações US\$ 264,9 bilhões, constata-se que a importação de serviços representou 27,5%, e a exportação, 15% dos respectivos valores totais. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), as exportações de serviços representaram apenas 1,7% em 2014, enquanto as importações atingiram o equivalente a 3,7%, refletindo a fragilidade da inserção brasileira nesse mercado.

Em 2012, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) implantou um sistema que permite obter informações detalhadas sobre o comércio exterior de serviços. Assim, é possível verificar que as cinco principais posições de exportação em 2014 foram: serviços gerenciais e de consultoria gerencial; outros serviços profissionais e técnicos; serviços auxiliares aos serviços financeiros; serviços de transporte aquaviário de cargas; e serviços de manutenção e reparação de produtos metálicos, maquinário e equipamentos. Já com relação às importações, as principais posições registradas foram: arrendamento mercantil operacional; serviços de transporte aquaviário de cargas; licenciamento de direitos de autor; serviços de planejamento de viagens e operadores de turismo; e serviços de transporte aéreo de cargas.

No que diz respeito ao desempenho por estados, verifica-se uma elevada concentração regional, em que São Paulo

e Rio de Janeiro lideram a exportação de serviços, participando com 60,4% e 24,0% do total brasileiro, respectivamente, em 2014. Tal concentração pode ser atribuída, entre outros fatores, às preferências de localização das principais empresas de consultoria e serviços gerenciais; ao papel complementar dos serviços às atividades de empresas internacionalizadas (como, por exemplo, da construção civil); e ao apoio dos serviços à exportação de bens dos principais estados exportadores. O Rio Grande do Sul ficou em quinto lugar no *ranking*, com uma participação de 1,9%, atrás do Paraná (4,7%) e de Santa Catarina (2,3%).

Evolução da balança de comércio exterior de serviços no Brasil — 2009-14



FONTE: Banco Central do Brasil.

Beky Moron de Macadar
Economista, Pesquisadora da FEE

A política para preservação do patrimônio cultural imaterial no Brasil

A atual política de preservação do patrimônio cultural imaterial, prevista no artigo 216 da Constituição Federal, ganhou corpo nos anos 2000. O conjunto de dispositivos que constituem essa política está de acordo com a definição de patrimônio imaterial expressa pela Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, ratificada pelo Brasil em 2006. Essa definição amplia a noção de patrimônio cultural a ser preservado ao incluir, além dos bens objetivados em prédios e monumentos, práticas e domínios da vida social manifestos em saberes, ofícios e modos de fazer (como o modo de fazer cuias do Baixo Amazonas); celebrações (como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré); formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas (como o frevo e a roda de capoeira); e lugares que abrigam práticas culturais coletivas (como a Tava do povo guarani), de acordo com sua importância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira — conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela política.

Os principais dispositivos são o Decreto n.º 3.551, de 04.08.2000, e o Decreto n.º 7.387, de 09.12.2010. Este último institui o inventário nacional da diversidade linguística, que documenta as línguas “portadoras” de referências identitárias existentes no território nacional. O primeiro decreto consolida o Inventário Nacional de Referências Culturais, institui o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (que financia projetos de identificação e registro do patrimônio imaterial) e também o Registro de Bens Culturais de Nature-

za Imaterial. O registro está para o bem imaterial como o tombamento para o bem material: é a circunscrição oficial do conjunto dos bens imateriais a serem preservados pelo Estado. Desde 2002 até 2015, foram registrados 37 bens imateriais como patrimônio nacional, a maior parte deles situada nas Regiões Norte e Nordeste.

Dos 137 bens inventariados, 29 localizam-se na Região Norte, 44 na Região Nordeste, 17 na Região Centro-Oeste, 27 na Região Sudeste, e 16 na Região Sul. Há também quatro bens “regionais”, em mais de um estado. Enquanto o Pará possui 13 bens inventariados, a Bahia tem 9, e o Rio Grande do Sul possui cinco (a população guarani de São Miguel Arcanjo, o Massacre de Porongos, as lidas campeiras em Santa Tereza, o referente a Bagé e a produção de doces em Pelotas).

Essa política, ao mesmo tempo em que exige considerável aparato em termos de *expertise* para a identificação e a documentação de práticas da vida social que remetam à identidade e ou à tradição, demanda expressamente a participação dos grupos locais, detentores das práticas, na execução da política, desde os pedidos de inventariamento e registro, passando pela documentação das práticas, até a execução de ações de salvaguarda. Dado o reduzido número de bens imateriais no Rio Grande do Sul, é bastante possível que os grupos detentores de práticas que poderiam vir a ser assim caracterizadas careçam de agentes mobilizadores e mesmo de canais de acesso a essa política.

Gabriele dos Anjos
Doutora em Sociologia, Pesquisadora da FEE

Política de estacionamento e efeitos na mobilidade urbana

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre busca viabilizar a implantação de parques de estacionamento subterrâneos na cidade. Conforme a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), essa seria uma forma de superar as atuais carências em termos de espaços para estacionar, o que contribuiria para manter a fluidez do trânsito local, graças à redução dos tempos de busca por uma vaga livre. Uma maior oferta de vagas e a flexibilização do acesso viário ao Centro Histórico contribuiriam, assim, para o projeto de revitalização dessa área. A remodelação da orla do Guaíba, que contaria com um *shopping*, três torres de mais de 100m de altura e uma área para abrigar 4.000 carros, vai no mesmo sentido.

O edital de manifestação de interesse público para as propostas de estacionamento subterrâneo data de agosto de 2010. As empresas selecionadas assumiriam as obras e explorariam os serviços por 30 anos. As sugestões iniciais eram a Praça Parobé, sob o terminal de ônibus, e o Parque Ramiro Souto, na Redenção. Este último local revelou-se técnica e economicamente inviável, e a praça acabou sendo preterida pelo Largo Glênio Peres. Permanece, portanto, a ideia de criação de vagas no subsolo em frente ao Mercado Público, não havendo prazo para sua licitação.

Tem-se aí uma concepção de urbanismo que vai contra os mais banais entendimentos atuais sobre a natureza dos problemas colocados pelo tráfego automotivo e sobre a conveniência de privilegiar o transporte coletivo e os pedestres e ciclistas. Avenidas e praças bem concorridas são uma garantia de convivialidade e propiciam maior segurança às pessoas, sendo um atrativo para circular a pé, fazer compras e realizar outras atividades. São parte de uma receita virtuosa de dinamização das atividades econômicas e de recomposição da atratividade social e cultural dos centros históricos em decadência. Já os carros que tomam conta de ruas e calçadas inibem as caminhadas e não fazem bem à saúde das economias urbanas.

É certo que o estacionamento nas cidades se tornou objeto de fortes pressões, por força da expansão desmesurada das frotas de autoveículos e do aumento vertiginoso do número de viagens realizadas. É que o espaço existente tende a ser visto como algo gratuito pelos motoristas, um quase direito natural. É uma percepção que até faz algum sentido, se considerada a tradicional disponibilidade de vagas grátis ou franqueadas a preços muito baixos. Nem por isso deixa de ser uma privatização do espaço público e uma das muitas formas de subsídio de que se beneficia o usuário do veículo privado.

Há um abismo entre a percepção dos motoristas a respeito das implicações de sua opção modal e a realidade econômica subjacente, visto que os mesmos não assimilam muitos dos custos impostos pelo atual modelo de consumo do espaço urbano. O preço de estacionar costuma pesar pouco no orçamento dos automobilistas. Ora, a tão cultuada mobilidade do veículo individual apenas é viável por conta dos imensos recursos financeiros e das vastas extensões de terra comprometidas no processo. O ato de trafegar em automóvel e o de estacioná-lo correspondem, na verdade, às duas faces de uma mesma moeda, porquanto todo deslocamento desse tipo pressupõe, forçosamente, a ocupação de um espaço pelo veículo ao chegar ao seu destino. O estacionamento está, dessa forma, indissolúvelmente ligado ao favorecido modelo de transporte urbano prevalecente.

Importa ter presente que, em condições restritivas da oferta de espaços para estacionar, os efeitos esperados traduzem-se em um claro desincentivo ao transporte individual. Ou seja, cobranças mais significativas pelo exercício desse “direito” tendem a impactar a maneira como os usuários encaram seus custos de dirigir. Inversamente, toda facilitação interveniente — como um maior número de vagas oferecidas — opera de forma a incentivar o uso do automóvel. A disponibilidade de estacionamentos e o seu excesso estão intrinsecamente ligados à intensidade do tráfego automotivo gerado.

É somente agindo sobre duas realidades — por um lado, restringindo, onerando ou banindo o estacionamento e, por outro, promovendo as outras formas de se deslocar — que se pode pensar em mudar o comportamento dos dependentes do automóvel. É nesse sentido que as vagas disponíveis, sejam as abertas nas ruas, sejam as dispostas em áreas fechadas, formam uma parte integrante do sistema de mobilidade urbana, da mesma maneira como o são o transporte coletivo, a bicicleta e a marcha a pé.

Um maior número de vagas fora da via pública pode contra-arrestar os efeitos de uma política de estacionamento. Ou seja, diminuindo a oferta nas ruas, mas aumentando aquela nos recintos fechados, a disponibilidade global permanece mais ou menos constante, não havendo repercussões dissuasivas sobre os automobilistas. Ora, o controle dos espaços nos empreendimentos privados está fora do alcance das autoridades. A intervenção cabível ocorre na fase anterior à sua implantação, quando do licenciamento dos edifícios-garagem ou dos estacionamentos subterrâneos. As normas de legislação e de zoneamento costumam estabelecer uma correlação entre a superfície construída e a quantidade mínima de vagas, daí resultando um número excessivo das mesmas, tanto de uso comercial como residencial. Vêm ganhando adesão, todavia, propostas de alterar, nesse aspecto, a legislação que incide sobre os empreendimentos imobiliários. Exemplo disso é o da Prefeitura de São Paulo, que estuda a edição de uma lei pela qual passaria a ser considerada como não computável, para fins de cálculo da área edificável, apenas uma vaga por unidade residencial ou uma para cada 100 m² de área construída para fins de estacionamento fora da via pública.

Proibir ou cobrar o ato de estacionar nas ruas já é algo bastante disseminado no cenário mundial. Muitas cidades optaram, efetivamente, por dissuadir as viagens pendulares direcionadas às suas zonas centrais, de modo a liberá-las da circulação automotiva agressiva, privilegiando uma redistribuição do espaço urbano em favor de ciclistas e pedestres. É vital, todavia, que se opere, de forma concomitante, uma transferência modal significativa em prol do transporte público, para o que se pressupõe existirem serviços eficientes nesse domínio e em condições de absorver a demanda assim redirecionada. Contrariamente, os investimentos na melhoria dos sistemas de transporte coletivo tenderão a ser anulados ou resultarão minimizados, não redundando em ganhos de participação desse modal, sempre que forem mantidas as condições de um estacionamento abundante e acessível a preços baixos.

Ricardo Brinco
Economista, Pesquisador da FEE

O embargo agrícola russo e seus efeitos nas exportações gaúchas

A Rússia tem sido uma importante parceira no comércio exterior do Rio Grande do Sul, sobretudo como compradora de tabaco e, principalmente, carne suína, produtos que concentram quase a totalidade da pauta para esse país. Apesar de relevante, essa interação tem sido irregular, intercalando momentos de abrupta expansão, assim como de arrefecimento, principalmente devido à imposição de barreiras sanitárias e cotas de importação e à instabilidade econômica do lado russo. Essa irregularidade no comércio é explicada pelas exportações de carne de porco. Dessa forma, a presente análise dará especial atenção a esse produto.

Um dos desdobramentos mais recentes dessa atividade ocorreu em 6 de agosto de 2014, quando, em resposta às sanções impostas por diversos países, o presidente russo, Vladimir V. Putin, assinou um decreto que embarga a importação de bens agrícolas produzidos nos Estados Unidos, no Canadá e em todos os membros da União Europeia — notadamente grandes exportadores agrícolas. A retaliação russa, no momento de sua publicação, criou um potencial de comércio agrícola para os países não atingidos diretamente pelo embargo, inclusive para o Brasil, dada a sua reconhecida competitividade global no setor agrícola.

No entanto, em virtude dos problemas econômicos por que o país eurasiático passa, como a atual recessão e a significativa desvalorização de sua moeda, sobretudo a partir do final de 2014, faz-se o seguinte questionamento geral: como têm-se saído as exportações do Rio Grande do Sul para a Rússia após um ano de vigência do decreto?

A Rússia, tradicionalmente, ocupa uma posição modesta no comércio exterior brasileiro, não obstante o crescimento em termos absolutos em quase toda a primeira década deste século. Porém sua relevância para o Rio Grande do Sul é sensivelmente maior. Atualmente, a Rússia é o 20.º principal destino das exportações brasileiras, ao passo que, para o RS, ela ocupa a sétima posição. Entre janeiro e setembro de 2015, comparando-se com o mesmo período de 2014, enquanto a Rússia teve a quarta maior queda nas exportações brasileiras (-32,8%), no caso gaúcho obteve o quarto melhor desempenho, registrando uma alta em valor de 19,7%.

O segmento que explica grande parte do crescimento das exportações gaúchas para a Federação Russa é o de carne suína, que apresentou uma alta, em valor, superior a 30% no período em análise. Essa informação é particularmente notável, tendo-se em mente que as exportações totais de carne suína produzida no Estado sofreram uma queda de 5%. Isso leva a concluir, em primeiro lugar, que a Rússia aumentou sua participação nas exportações gaúchas de carne suína, e, em segundo lugar, que o aumento das exportações para esse

país não foi suficiente para sustentar o nível das exportações do RS nesse setor. Além disso, mesmo com o aumento, em 2015, nas exportações do Estado para a Rússia no setor de suínos, os volumes exportados e a participação da carne suína gaúcha no mercado russo ainda estão longe de recuperar os níveis observados entre 2005 e 2010, período em que se verificou o ápice da relação comercial do RS com a Rússia.

Dado que, em 2015, o valor exportado de carne suína do Estado para a Rússia cresceu substancialmente e as importações totais do mesmo produto pela Rússia caíram no mesmo período, pode-se dizer que o RS obteve vantagem na realocação geográfica dos fluxos comerciais ocasionada pelo decreto. Nesse sentido, observa-se que o Estado conseguiu elevar o valor das suas exportações, diferentemente do desempenho do Brasil nesse período. Uma possível explicação para esse movimento é o número significativamente maior de frigoríficos gaúchos autorizados pelo governo russo a exportar carne suína, comparativamente a outros estados brasileiros.

O avanço das exportações do Estado para a Rússia em 2015 pode parecer tímido, levando-se em consideração os níveis observados entre 2005 e 2010 e o potencial criado pelo decreto. No entanto, pode-se afirmar que o embargo russo evitou não somente uma queda das exportações do Estado para esse país, como também atenuou, mesmo que marginalmente, uma queda maior das exportações totais do RS no ano em questão.

Variação percentual de valor e de volume das exportações brasileiras e gaúchas para a Rússia — jan.-set. 2014-15

ORI- GEM	VALOR (1)			VOLUME (Kg)	
	Totais	Para a Rússia	Totais de Suínos (2)	De Suínos Para a Rússia (2)	De Suínos Para a Rússia (2)
Brasil ...	-16,8	-32,8	-16,9	-10,5	33,5
RS	-8,1	19,7	-5,1	33,0	108,8

FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
(1) Valores em US\$. (2) Conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 02032900.

Bruno Mariotto Jubran
Internacionalista, Pesquisador do FEE
Sérgio Leusin Júnior
Economista, Pesquisador do FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.10.15).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes
Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari
Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Thomas Hyeon Kang e Vanceli Zanin
Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes (Coord.) e Pedro Kanopf Oliveira
Revisão: Mateus da Rosa Pereira e Susana Kerschner

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: carta@fee.tche.br
Twitter: @cartafee
www.fee.rs.gov.br